



O camponês

JORNAL DE UNIDADE DOS CAMPONESES

MAIS LUTAS E MAIS VITÓRIAS

APESAR DAS MANOBRAS DOS AGRÁRIOS E DO FASCISMO

A Unidade dos ceifeiros arranca novas vitórias

O que este ano se passou nas ceifas mostra bem como é extrema a miséria das massas camponesas e como é ruinosa e anti-popular a política agrária do salazarismo. A descarada e elaborada do governo fascista com os grandes exploradores do suor camponês para o rebaixamento das jornas dos trabalhadores, põe mais uma vez a nu como do salazarismo outra coisa não há a esperar senão, mais fome, mais miséria e mais exploração. Torna-se cada vez mais clara a verdadeira sentida do que se materializa a ajuda do governo de Salazar à grande lavoura em paga da servil aceitação, por parte desta, da rufimosa política agrária do salazarismo. Não é a protecção dos pequenos e médios agricultores — através da ajuda técnica, da concessão de créditos baratos a longo prazo, affidos à garantia dum preço compensador para os seus produtos; não é a elevação do nível de vida das massas trabalhadoras do campo — através dum efectiva garantia do trabalho, justamente remunerado; não é a abolição do latifúndio, como principal factor de crise da agricultura nacional; e o estabelecimento dum imposto progressivo sobre a fortuna dos grandes parasitas do campo, o que orienta a política agrária do salazarismo. Esta orienta-se, na realidade, pelos interesses da grande lavoura, pela descarada protecção aos grandes senhores da terra, contra os legítimos interesses dos pequenos e médios agricultores e contra o bem estar das massas exploradas do campo. Este ano, antes da abertura das ceifas, o governo salazarista, depois de ter rebaixado as jornas dos trabalhadores empregados nas obras do Estado não hesitou em encerrar todos os trabalhos e lançar para o desemprego todos os camponeses, a fim de facilitar a ofensiva dos grandes agrários contra as jornas dos ceifeiros. Isto verificou-se em Coruche, Monte mor, Redondo, Reguengos, Borba, Mértola, Mertola, Crato e outras regiões dos distritos de Évora, Beja e Portalegre. Ao mesmo tempo as grandes bandidas do latifúndio, juntamente com outros grandes proprietários combinaram-se para pagar jornas arrastadas e introduziram novas formas de exploração dos ceifeiros impondo o trabalho de empreitada e obrigando os camponeses a trabalhar pela noite dentro. Estas manobras dos agrários e das autoridades fascistas tiveram como resultado o rápido acabamento das ceifas, a impossibilidade para muitos ceifeiros, de ceifarem este ano, e, como consequência de tudo isto, uma nova extensão do desemprego em proporções nunca vistas em outra época.

Apesar das manobras dos agrários e do fascismo, a unidade dos ceifeiros e ceifeiras do Alentejo conseguiu, em muitos locais, arrancar novas vitórias. Em MÉRTOLA, como os latradores ameaçassem a fazer toda a ceifa a 9500 com comida, o que prefaz 17300, a maioria dos ceifeiros não compareceram na praça na primeira semana das ceifas. Graças à sua unidade e persistência, conseguiram 18800 e comida na segunda semana e 20 e 225 com comida na terceira semana.

EM PEGÕES, FOROS da MISERICORDIA e VENDAS NOVAS onde os camponeses ganhavam 185 antes das ceifas, estes concentraram-se nas suas praças de jorna, e exigiram e conquistaram 255 na 1ª semana, 238 na 2ª e alcançaram os 325 na 3ª. Em FOROS da BRANCA, onde afluiram muitos patrões, estes combinaram-se para pagar jorna baixas. Os ceifeiros, que se concentraram na sua praça de jorna; aguentaram-se firmes sem se deixarem contractar, exigindo e acabando por conseguir 25000 na 1ª semana. Em S. TORCATO, COR TICADAS de LAVRE e LAVRE as jorna variaram entre os 25 e os 3000 enquanto as mulheres conseguiram 14 a 20500 e nas cavas do milho 12 a 1500. Em MONTEMOR as ceifas começaram com as jorna a 18500, mas nas semanas seguintes, em concentrações na praça de jorna e estreitamente unidos, os ceifeiros conseguiram 22, 28 e 30500. Em CASA-BRANCA (Torão) os ceifeiros arrancaram jorna de 28 e 31800 e em ODIVELAS (Ferreira do Alentejo) os ceifeiros arrancaram 25, 27, e 29500 e as mulheres 20 e 21500. Em BENCATEL os ceifeiros exigiram e conquistaram na 1ª semana 26500 para os homens e 165 para as mulheres.

Também nas mondas do arroz se verificaram novas vitórias das camponesas contra a exploração dos agrários. Em CANHA, na herdade da Mata do Duque, da Casa Cadaval, as mulheres conseguiram ser contractadas por 12 semanas com 17500 diários, folgando domingos e dias santos. Outro rancho de mulheres desta região que se havia contractado por 12500, ao terem conhecimento da vitória das mondeiras da Mata do Duque, exigiram e conseguiram as mesmas condições. Em BIASCAINHOS e ALMADA (Coruche), as mulheres contractadas à jorna para estes trabalhos conseguiram arrancar 235. Em FOROS da BRANCA também um rancho de 9 mulheres exigiu e obteve uma jorna de 20500 contra a de 14 que lhes era oferecida pelo agrário. Entusiasmadas com a vitória das suas companheiras, todas as mondeiras da região exigiram os 20800 que os patrões foram obrigados a pagar. Ainda em BENCATEL, na herdade do Monte do Montinho, do rendeiro Carrapico, de Vila Boim, que nos anos anteriores dava as ceifas de empreitada com comida pouca e fraca, os ceifeiros e ceifeiras exigiram e conseguiram 188 para os homens e 2 terços para as mulheres, melhor comida entregue ao amanhecer e largada ao ardecer, com 6 horas para comida e sextas e 6 fundadas. Estas notáveis exemplos de unidade camponesa e de luta victoriosa dos ceifeiros e ceifeiras, mostra-nos como, em plena exploração desenfreada dos grandes lavradores e do governo salazarista, facilitada pela grande crise de trabalho, é possível fazer recuar os exploradores da miséria camponesa e arrancarmos jorna mais elevadas. Agora que as ceifas terminaram e que nenhuma medida foram tomadas pelo governo de Salazar para ocorrer à tremenda crise de trabalho que vai seguir-se é absolutamente necessário manter e reforçar a nossa unidade e continuarmos a luta. POIS SO ELA IMPEDIRÁ A FOME DOS NOSSOS FILHOS. Devemos fazer concentrações junto das Casas do Povo exigindo que as direcções tomem providências para acudir à nossa aflitiva situação. Acompanhados pelas direcções das Casas do Povo e com as nossas comissões de unidade à frente, concentremo-nos com as nossas mulheres e filhos junto dos Grémios, das Juntas de Freguesia, das Câmaras Municipais e Postos da G.N.R., das Administrações e Governos Civis, exijamos que o salazarismo tome medidas práticas e imediatas para liquidar o desemprego, obrigando os grandes agrários a dar trabalho aos desempregados e exigindo a abertura de trabalhos públicos e a concessão de géneros e subsídios para os sem-trabalho e suas famílias. Só desta maneira poderemos, no momento presente, aliviar a nossa miserável situação.

DEPOIS da clara afirmação da vontade popular e não participar nas eleições-burlas de 15 de Fevereiro, o movimento nacional pelas liberdades democráticas fundamentais sofreu um nítido aprofundamento que, a prolongar-se, acabaria por comprometer gravemente as amplas perspectivas políticas que se abriram ao povo português no chamado período eleitoral. Tal aprofundamento foi devido principalmente, à acção repressiva e vi-

cionista do salazarismo, a qual encontrou uma grande ajuda nas vacilações, no oportunismo, e mesmo nas «traicões-sinhãs», de certos democratas falhos de perspectivas. É tempo de dar confiança ao povo, repudiando decididamente toda a solução e compromisso com o fascismo, pois é nas massas populares, na sua força e no seu dinamismo, que devemos depositar as melhores esperanças de libertação nacional. Para que sejam plenamente aproveitadas todas as perspectivas políticas que se abrem de novo às forças democráticas com as eleições para as Juntas de Freguesia e de deputados, urge reanimar as COMISSÕES ELEITORAIS de cima a baixo, pois, como salienta o «AVANTE» 134, foram elas os organismos verdadeiramente dirigentes da luta popular, as impulsoras e organizadoras das grandes manifestações e comícios, da agitação e da propaganda escrita e oral e que se tornaram «uma ampla e poderosa organização nacional democrática». «O CAMPONESES» órgão de luta dos camponeses, aconselha os camaradas camponeses a reunirem imediatamente as suas comissões eleitorais e a promoverem em cada freguesia assembleias dos democratas locais com vistas à preparação das novas jornadas democráticas, particularmente com vistas à participação dos democratas nas eleições para as Juntas de Freguesia. Nessas assembleias democráticas, devem ser elaborados os cadernos de reivindicações de cada localidade (melhoramentos públicos, obras para os desempregados, escolas, creches para as crianças camponesas, etc.) pelos quais se propõem lutar os candidatos populares às Juntas de Freguesia que devem ser escolhidos entre os homens mais honestos e prestigiados de cada localidade. Ao mesmo tempo devemos desde já iniciar a luta pelas condições mínimas indispensáveis para a oposição poder concorrer dignamente às eleições de deputados.

Horticultores

LUTEMOS CONTRA OS ROUBOS DO GRÉMIO

O roubo descarado a que são submetidos os horticultores no mercado abastecedor de hortaliças de Lisboa mostra bem como o governo salazarista defende apenas os grandes tubarões dos grémios e juntas e é inimigo declarado dos pequenos e médios produtores agrícolas e do povo consumidor. Os pequenos horticultores do Montijo, Moita e Palmeira, como dos outros concelhos limítrofes de Lisboa, não podem vender directamente os seus produtos à população de Lisboa. Durante todo o ano os pequenos horticultores são sobrecarregados de impostos e alcavalas para o Estado, para as Câmaras e para os Grémios, têm de pagar adubos e sementes e arrastam-se com as suas famílias a cavar a horta, a regar, a cuidar enfim dos seus produtos dos quais esperam obter justa compensação. Simplesmente essa compensação entra direitinha na algibeira do grande intermediário do Grémio que não tem outro trabalho senão roubar o horticultor e a população de Lisboa. O horticultor da margem sul do Tejo enche a sua carrada levava-a até à borda do cais, paga a carga e descarga e o imposto de venda ao público, e daí em diante tira-lhe completamente as mãos de cima: daí em diante é o intermediário do grémio que toma posse do produto, que vende ao preço que

muito bem entende e quer e que paga muitas vezes ao horticultor uma ridicularia que não chega para cobrir as despesas. Este processo permite ao grande intermediário do grémio burlar o horticultor pois não só lhe diz que vendeu menos e mais barato do que realmente vendeu como exigindo ao horticultor molhos mais fartos e subdividindo-os em molhos mais pequenos obtém lucros fabulosos. Quere dizer: o horticultor é esbaldado do seu justo lucro pelo ladrão do Grémio e a população de Lisboa tem, desta maneira, de pagar a hortaliça muito mais cara. O que quere dizer também quere o horticultor pudesse vender directamente ao público, este pagaria a hortaliça muito mais barata e aqueles receberiam um mais larga compensação para os seus produtos. Para isto é necessário sacudir o intermediário do grémio e arrojado do poder o salazarismo seu protector.

PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES!

Jantai-vos todos e fazei representações ao governo exigindo a venda directa à população da capital dos produtos hortícolas, criando para isso em todos os mercados de Lisboa postos de venda directa ao público, e exigindo a abolição ou a redução dos impostos, que vos levam grande parte do vosso justo lucro.



SÓ A REFORMA AGRÁRIA DEMOCRÁTICA

colocará a agricultura

Na Via do Desenvolvimento Nacional

COMO já tem sido apontado nas colunas de «O CAMPO-NÊS» e do «AVANTE» bem como noutros materiais políticos do Partido Comunista, a política agrária do salazarismo é o principal factor da grande crise que tol a agricultura nacional. Neste momento, com a agudização da situação económica do país e com a luteira subordinação dos interesses nacionais aos dos grandes monopólios industriais, agrícolas e financeiros anglo-americanos, praticada pelo governo de Salazar, não existe qualquer perspectiva de melhoria para a catastrófica situação da agricultura nacional. Pelo contrário, há que esperar um novo agravamento da crise em que se debate o país. As massas rurais, batidas pela miséria e pela fome, e os pequenos e médios produtores enfrentarão um sombrio futuro se uma radical transformação deste estado de coisas não for urgentemente operada. É preciso salientar que a possibilidade de crises na agricultura, como

noutros ramos da economia nacional, só desparecerá quando forem completamente arrancadas as raízes do capitalismo na cidade e nos campos. Sómente quando — depois de expropriados os grandes agrários e distribuída equitativamente a terra pelos camponeses pobres e médios — os pequenos e médios produtores agrícolas, fortemente auxiliados por um estado verdadeiramente democrático, se associarem livremente em grandes cooperativas de produção agrícola, integradas numa planificação geral e socialista da economia nacional, é que desaparecerão definitivamente as possibilidades de crises na agricultura do nosso país. Porém, no momento presente, a principal tarefa das forças democráticas nacionais, é a destruição do estado fascista e a instauração duma ordem democrática que estabeleça as bases para uma política económica verdadeiramente nacional. Isto significa que a agricultura não poderá exercer o seu papel de relevo no desenvolvimento progressivo da economia nacional se não forem

liquidadas as raízes feudais e semi-feudais que caracterizam o actual regime de propriedade e que são um travão para a prosperidade da nação e o bem estar do povo português. Enquanto o latifúndio for a forma predominante da economia agrícola do nosso país, a indústria nacional estará sempre dependente das matérias-primas importadas do estrangeiro e, por isso, impossibilitada de produzir mais barato de forma a poder concorrer no mercado nacional, com os produtos fabricados no estrangeiro. Por outro lado, sem uma agricultura florescente e próspera que consuma largamente os produtos da indústria nacional, esta nunca poderá, por sua vez, ser florescente e próspera — não poderá elevar **SUFICIENTEMENTE** o poder de compra das massas trabalhadoras da cidade e alargar assim o mercado consumidor dos produtos da agricultura. Eis porque a realização duma profunda reforma agrária democrática, que coloque a agricultura na via do desenvolvimento nacional, não interessa apenas às massas exploradas do campo, os camponeses pobres e médios, mas também a todo o povo — **A TODA A NAÇÃO.**

PEQUENAS NOTÍCIAS

A activa mobilização das forças da paz é a mais firme garantia da impossibilidade de uma nova guerra. Quer seja de armas na mão, como o estão fazendo os heróicos povos da China, da Grécia, da Indochina, da Indonésia, da Birmânia e da Malásia, quer seja em manifestações, greves e comícios, como o têm feito as massas populares de Itália, França, Inglaterra e América, quer seja ainda nas conquistas democráticas e da reconstrução pacífica dos países de Democracia Popular ou da vitória edificadora do socialismo na grande União Soviética, as forças do campo democrático vão ganhando terreno dia a dia e obrigam a enculhar as garras aos provocadores da guerra. Entre as várias manifestações é justo destacar duas que pela sua importância mundial foram poderosos elementos de mobilização das forças da paz e de desarmamento: os ateadores duma nova guerra — o Comitê da Federação Internacional Democrática das Mulheres e o Congresso mundial dos partidários da paz que teve lugar em Paris em Abril último.

No primeiro 400 delegadas em nome de milhares de mulheres de 60 países puzeram em evidência o desrespeito e o papel das mulheres para a defesa da paz, misturando quem são os verdadeiros inimigos da paz e apontaram o caminho para impedir uma nova guerra — a luta contra cada país — e na representação do capital financeiro, os agentes do imperialismo anglo-americano.

No segundo os mais eminentes homens e mulheres do mundo inteiro e os representantes das grandes organizações de massas como a Federação Sindical Mundial, que agrupa 97 centrais nacionais com mais de 75 milhões de trabalhadores, a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Internacional das Mulheres, o Congresso dos Intelectuais para a Paz e outras grandes organizações de massas.

NA CHINA

Eis os quatro primeiros artigos da Lei Agrária Chinesa, aprovada na Conferência Agrária do Partido Comunista da China, de Setembro 1947, e aplicada nos territórios libertados pelo glorioso Exército Popular Chinês:

Artigo 1º — Suprimir o antigo sistema agrário com a sua exploração feudal e semi-feudal e realizar o princípio **«A TERRA PARA QUEM A TRABALHA».**

Artigo 2º — Anular o direito de propriedade sobre a terra dos grandes proprietários.

Artigo 3º — Anular o direito de propriedade sobre a terra dos conventos, escolas, instituições e organizações.

Artigo 4º — Anular todas as dívidas contraídas nas aldeias e lugares antes da aplicação da reforma agrária.

Os milhões de camponeses expoliados da China vão assim tomando posse efectiva da terra chinesa.

Italia

Mais de 2 milhões de trabalhadores rurais Italianos estão em greve geral em toda a Itália desde os últimos dias de Maio. As suas principais reivindicações são: aumento das jornas e trabalho para todos, «O CAMPO-NÊS» saúda os camaradas camponeses Italianos que, ao lado da classe operária e das forças progressivas de Itália, são hoje elementos activos da luta do povo italiano contra a política de submissão ao imperialismo, praticada pelo governo de De Gasperi, e pela construção de uma Itália verdadeiramente livre e democrática.

As Caixas de Resistência orgão de luta dos camponeses

COMO serventuário dos grandes lavradores e inimigo do povo trabalhador, o fascismo encerrou os nossos sindicatos, roubou-nos os fundos sindicais e criou para os substituir as Casas do Povo. Estas concedem-nos alguns demagógicos benefícios mas, na realidade, elas foram constituídas para amarrar os camponeses aos interesses de classe dos agrários e facilitar a estes a sua criminoso exploração das famílias camponesas. Tam sido a nossa luta, e só ela, que tem impedido, numa grande parte, a realização desses objectivos tão queridos dos grandes lavradores fascistas, pois eles não querem que as Casas do Povo sejam verdadeiros órgãos de luta dos camponeses mas sim uma espécie de casas de caridade ou de esquadrões da polícia. Assim, privados dos nossos sindicatos e dos seus fundos, estamos totalmente desprovidos de recursos para fazermos face as contingências da nossa luta. Nestas condições não devemos esperar os momentos da luta para organizar a solidariedade dos nossos lutadores — ela pode e deve ser organizada desde já. As Caixas de Resistência oferecem, de momento, aquelas condições práticas para isso. As Caixas de Resistência são pequenas associações de auxílio mútuo para as quais não são necessárias quaisquer licenças especiais, e **QUE TÊM EXISTÊNCIA LEGAL.** Os seus estatutos não precisam ser aprovados pelas autoridades mas o número de sócios não pode ultrapassar os 20. Em cada localidade podem ser organizadas várias Caixas de Resistência. Os seus estatutos devem prever os casos de falta de trabalho forçada, por doença ou outros impedimentos, e devem ser aprovados por todos os sócios. Para as suas direcções devemos eleger 3 dos camaradas mais honestos e dedicados à classe camponesa, nas eleições decididas que impliquem o destino dos fundos — como, por exemplo, a solidariedade em casos de greve — só devem ser tomadas as decisões que forem tomadas em casos de luta, e conforme a sua amplitude, a solidariedade das Caixas de Resistência não basta — é necessário encetar outras formas de solidariedade, como: netes e subscrições públicas, recolha de géneros, roupas, e outros donativos — mas elas podem constituir uma importante ajuda aos lutadores camponeses e às suas famílias. Quando numa localidade existam várias caixas de resistência, é útil promover a sua coordenação, principalmente nos momentos da luta, devendo criar-se, sempre que as circunstâncias o aconselharem, comissões de coordenação com um representante de cada direcção, mantendo, entretanto, cada caixa, a sua vida própria e a sua orgânica independente.

“AVANTE!”

Foi com ênunciação que recebemos o Nº 135 do «AVANTE!» logo após o assalto dos bandidos da P.I.D.E. à sua tipografia e, posteriormente, o Nº 136 e o «MILITANTE» Nº 57. O fascismo esperava anorçar para sempre a voz do glorioso Partido Comunista Português e um delirante deputado fascista previa mesmo o esmagamento total do P.C.P.

Os desejos queridos dos fascistas não se realizaram nem se realizarão. A voz esclarecedora do P.C.P. através do «AVANTE!» continuará a conduzir o povo português no caminho do aniquilamento total da praga fascista. «O CAMPO-NÊS» saúda o «AVANTE!» firme baluarte da luta anti-fascista, e deseja-lhe uma longa vida!

LUTEMOS CONTRA A EXPLORAÇÃO

Nas Mondas do arroz

A cultura do arroz é uma cultura cara e, por isso, só os grandes agrários têm possibilidades de a fazerem. Mas a cultura do arroz é também daquelas que mais dinheiro metem na algibeira do lavrador, não simplesmente por se tratar de uma cultura mais compensadora, mas, principalmente, pelas miseráveis condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores na lavoura, na monda e na ceifa do arroz. A tão odiosa condição de exploração sómente se deixam submeter sem luta os trabalhadores mais atrasados, e, por isso, os grandes agrários mandam os seus maneijeros recrutá-los entre os gabéus, ratinhos e beirões.

Camaradas camponeses e camponesas que trabalham na cultura do arroz! É preciso lutarmos contra a miserável exploração dos orizicultores exigindo que nos sejam pagas jornas suficientes para nos alimentarmos capazmente pois,

só assim poderemos resistir melhor às febres. Ao mesmo tempo devemos exigir as oito horas de trabalho e obrigar os lavradores a fornecerem botas de botaça; a desinfectarem com D.D.T. os sãntanos e os aposentos, e construir-nos estes com espaço suficiente para não ficarmos, homens e mulheres, como sardinha em lata. Devemos exigir que o governo tome providências para atacar o mosquito e melhorar a assistência aos doentes atacados pela febre, dotando os institutos de tratamento da malária com pessoal capaz e meios eficazes de acção contra o mal e obrigando os lavradores a pagarem as jornas por inteiro aos trabalhadores atacados. Estamos na época das mondas e, por isso, há que seguirmos o exemplo das valentes camponesas de Canha, de Biscainhos e de Almada (Coruche), exigindo uma jorna suficiente e o pagamento dos domingos e dias santos!